

Países latinos

pedem nova lei bancária nos EUA

BRASILIA — Conseguir influenciar o Governo dos Estados Unidos para que eles modifiquem sua regulamentação bancária, de modo a possibilitar a capitalização dos juros referentes às dívidas dos países latino-americanos, é um dos objetivos do Brasil e dos outros dez países que integram por consenso o Grupo de Cartagena. O Brasil não pretende a capitalização do serviço de sua dívida neste momento, porém quer garantir melhores condições para poder negociar com os banqueiros internacionais no futuro.

A regulamentação imposta pelo FED (Banco Central) americano impede também que os bancos aceitem qualquer proposta como a apresentada pelo novo Presidente do Peru, Alan García, que pretende pagar pelo serviço da dívida o montante equivalente a dez por cento das exportações de seu país. De acordo com a legislação, a parcela não paga é contabilizada como empréstimo não-operacional, ou seja, prejuízo, constando desta forma no balanço dos bancos, o que o FED não permite.

Em seu pronunciamento à Nação, o Presidente José Sarney afirmou que o Governo pretende reforçar a participação do Brasil no Grupo de Cartagena, pois este é o fórum adequado para a discussão dos aspectos políticos da dívida externa dos países em desenvolvimento. Um assessor especial do Palácio do Planalto, comentou que é importante fazer os países desenvolvidos entenderem a vinculação existente entre finanças e comércio, no que se refere à esta questão. Para saldarem seus compromissos, os países devedores precisam exportar e os países industrializados não podem criar obstáculos para o comércio exterior dos devedores.

E neste ponto da discussão, segundo afirmou o Assessor presidencial, que a participação do Grupo de Cartagena é fundamental. Para o cumprimento dos acordos acertados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os bancos credores, fica-se na dependência de fatores que não são controlados pelas partes

integrantes, mas pelo Governo dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos. E a política econômica do Governo americano que irá determinar a variação das taxas de juros internacionais, o grau de protecionismo contra as exportações dos países devedores e o preço das mercadorias que esses países exportam.

O Grupo de Cartagena quer acabar com a dicotomia existente hoje no tratamento da questão relativa ao endividamento dos países em desenvolvimento. Enquanto o FMI determina um receituário ortodoxo, recomendando a ampliação das exportações e a compressão das importações nesses países, as nações credoras impõem barreiras protecionistas impedindo o acesso das mercadorias dos devedores a seus mercados. Isto vem ocorrendo tanto em relação aos Estados Unidos, quanto com a Comunidade Econômica Européia, o Canadá e o Japão.

A Comunidade Econômica Européia (CEE), no entanto tem apresentado posi-

ções mais flexíveis que os Estados Unidos, em relação ao problema.

A França, especialmente, já demonstrou disposição para discutir os aspectos políticos da dívida externa latino-americana. Por essa razão, o Grupo de Cartagena pretende iniciar pela Europa as conversações para a busca de maiores garantias contra as elevações de taxas de juros e aumento de protecionismo.

Durante a posse do Presidente peruano, Alan García, domingo passado, houve uma reunião informal do Grupo de Cartagena, quando decidiu-se pela formação de uma comissão técnica que irá reunir-se ainda este mês, com o objetivo de elaborar propostas concretas que servirão de base para o início do diálogo com a CEE.

Participaram do encontro nove Chefes de Estado e os Ministros das Relações Exteriores dos onze países que integram o "Consenso" de Cartagena (Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia, México, Chile, República Dominicana, Venezuela, Equador, Bolívia e Peru).